



Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

MARYLIA SILVA DE SANTANA

**VÍRGULAS NO TEXTO JURÍDICO: INTERCALAÇÕES E
DESLOCAMENTOS SOB UMA VISÃO GRAMATICAL PARA ALÉM DO
PRESCRITIVISMO**

Brasília
2015

MARYLIA SILVA DE SANTANA

**VÍRGULAS NO TEXTO JURÍDICO: INTERCALAÇÕES E
DESLOCAMENTOS SOB UMA VISÃO GRAMATICAL PARA ALÉM DO
PRESCRITIVISMO**

Monografia apresentada à disciplina Seminário de Português como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Letras – Língua Portuguesa e Respectiva Literatura pela Universidade de Brasília

Orientador: Professor Doutor Marcus Vinicius Lunguinho.

**Brasília
2015**

RESUMO

O texto oficial ou jurídico, por sua complexidade lexical e sintática, oferece problemáticas que se estendem desde os estudos semânticos até a lingüística textual. Neste trabalho, procurou-se abordar, a partir da perspectiva do revisor de textos, a temática do uso da vírgula nesse tipo de construção textual, com metodologias de análise sintática tradicional e também inserindo conceitos de sintaxe gerativa, perpassando as concepções de constituintes e sintagmas, para explicar como acontecem os deslocamentos de termos na oração e, desse modo, esclarecer a necessidade de emprego desse sinal de pontuação – vírgula – nesse tipo de texto, que demanda uso da variedade padrão da língua e, portanto, deve seguir as regras da gramática prescritiva. Com o objetivo de não se restringir à análise sintática clássica, prevista na maioria das gramáticas tradicionais, foram elucidadas algumas exemplificações do uso da vírgula a partir de outras teorias, como a análise do discurso.

Palavras-chave: Sintaxe gerativa. Ordem dos constituintes. Vírgula. Texto jurídico.

ABSTRACT

Legal text, on its lexical and syntactic complexity, has problems that extend from semantic studies to textual linguistics. In this work, we tried to deal with, from the perspective of the proofreader, comma use issue in this type of textual construction, with traditional syntatic analysis methodologies and also inserting concepts of generative syntax, passing by the views of constituents and phrases to explain how the displacements happen in the text and thereby clarify the need for use of this punctuation mark - comma – on this type of text, which requires use of language standard variety and therefore must follow the rules of prescriptive grammar. In order not to restrict the classic syntatic analysis, present in most traditional grammars, we elucidated some exemplification of comma use from other theories, such as systemic-functional analysis.

Key words: Generative Grammar. Constituent ordering. Comma. Legal text.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
1. OS TEXTOS JURÍDICOS E OS MANUAIS DE REVISÃO TEXTUAL	08
1.1 – A atividade jurídica e o português	08
1.2 – Manuais de Revisão Textual: <i>Para além da revisão</i>	11
2. A VÍRGULA	15
2.1 – O que dizem os gramáticos Bechara, Rocha Lima e Cunha & Cintra?	15
2.1.1 – Rocha Lima: <i>Gramática Normativa da Língua Portuguesa</i>	15
2.1.2 – Bechara: <i>Moderna Gramática Portuguesa</i>	17
2.1.3 – Cunha & Cintra: <i>Nova Gramática do Português Contemporâneo</i>	19
2.2 – O uso de travessão e vírgula concomitantemente	23
2.3 – A vírgula nos manuais de português voltados ao texto jurídico: Manual do STJ	24
3. A NOÇÃO SINTÁTICA DE CONSTITUINTE	26
4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE DISCURSIVIDADE	31
5. METODOLOGIA DA PESQUISA, COLETA E ANÁLISE DE DADOS	34
5.1 Escolha do tema	34
5.2 Metodologia	35
5.3 Análise dos dados	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

INTRODUÇÃO

Desde o estabelecimento da escrita como meio de comunicação humana, o homem tem buscado estabelecer regras e padrões de escrita que consigam perpetuar o conhecimento gerado, ou pelo menos mantê-lo durante muito tempo. Uma vez registradas, as palavras e frases estabelecem relações entre si; é também por essa combinação entre as partes que a produção de um texto gera sentido e pode ser entendido.

Os estudos sintáticos propõem descrever, analisar, comparar dados da língua escrita e oral e estabelecer padrões encontrados nas frases e orações, de modo que essa análise explicita os modos de organização do sistema de língua. Desde os estudos da língua grega, os gramáticos esforçam-se em compreender quais mecanismos contém a língua para se combinar em diferentes ordens, com diferentes pontuações e com um quase sem número de palavras.

O estabelecimento do estudo linguístico como ciência foi muito importante para a linguística em geral, uma vez que foi possível definir um objeto de estudo – a língua –, formular hipóteses, testar, observar e estabelecer padrões, regras e teorias. Foi com a alcunha de ciência que os estudos de gramática alavancaram-se e adquiriram a importância e reconhecimento que têm hoje.

A investigação linguística, atualmente, pode ser equiparada à física e à matemática, ainda que estas tenham, infelizmente, mais crédito. O objeto de estudo dessa ciência denominada linguística é bastante abrangente, portanto, atemo-nos aqui em expor mais apuradamente os fenômenos sintáticos, em especial, aqueles presentes em registros escritos da língua.

A Língua Portuguesa, então, com tantas possibilidades de inversão da sua ordem canônica (sujeito, verbo e complementos), é uma das línguas que mais apresenta recursos de marcação dessas relações entre partes do texto. Esses recursos são dos mais variados, contudo, este trabalho pretende restringir essa investigação às construções sintáticas que contenham vírgulas no período simples e no composto, sendo essas vírgulas marcadoras de algum deslocamento ou intercalação de termos nessas orações.

Essa verificação se iniciou por meio de um trabalho de revisão textual realizado no Superior Tribunal de Justiça, no qual eu, ainda inexperiente nessa atividade, constatei algumas dificuldades dos que ali trabalhavam quanto ao uso correto da concordância, do paralelismo sintático e semântico, do sinal indicativo de crase, mas em especial da vírgula, sinal de pontuação gerador de grandes discussões.

A revisão textual se refere a uma série de técnicas e métodos de leitura, adequação e reescrita do texto cujo início remonta aos manuscritos antigos e ao surgimento da imprensa, os quais necessitavam dos seus revisores grande preparo e erudição (Coelho Neto, 2008, p. 26 e 27).

Desse modo, essa atividade atualmente é um trabalho de grande importância para a maioria dos textos escritos, principalmente os textos que necessitam de exatidão gramatical, ou seja, que precisam seguir a norma padrão da língua, como, por exemplo, os textos jurídicos, de circulação pública e de extrema relevância para o país.

Coelho Neto (2008, p. 61), citando Ildete Oliveira Pinto (1993), ressalta: “Embora o estilo pertença ao autor, com a liberdade que ele tem de construir sua mensagem, a editora pode – e deve – intervir no seu texto, e o faz com seu pleno consentimento, para garantir a correção e a clareza da informação e a qualidade da publicação.”

A partir dessas premissas, o presente trabalho apresenta um panorama das normas gramaticais (presentes nas gramáticas tradicionais e nos manuais de redação) e de conceitos relativos a constituintes e sintagmas presentes na gramática gerativa, de modo a convergir esses conhecimentos e explicitar as relações sintáticas nas orações analisadas, especialmente os termos deslocados e intercalados presentes nessas orações, no que se refere ao emprego de vírgulas.

O objetivo desta pesquisa, portanto, é evidenciar os problemas encontrados na atividade de um revisor, no que se refere ao emprego da vírgula nos textos jurídicos, com subsídio na sintaxe gerativa e nas obras voltadas às regras gramaticais. Pretende-se, desse modo, entender como os conceitos sintagmáticos podem se correlacionar às regras das gramáticas relativas a vírgula e travessão em prol do entendimento da organização dos termos nas orações e períodos.

No primeiro capítulo, são pontuadas algumas características do texto jurídico e delineadas algumas relações entre este e a língua portuguesa, especialmente a vírgula, sinal de pontuação que será objeto de investigação neste trabalho. Também serão discutidas algumas particularidades da atividade de revisão textual, como competências do revisor e aspectos da linguagem e suas variações que devem ser considerados.

No segundo capítulo, serão delineadas algumas regras mais gerais e regras específicas de emprego da vírgula, segundo as normas vigentes nas gramáticas normativas bem como citações sobre esse sinal de pontuação nos manuais jurídicos.

No terceiro capítulo, o último dedicado a questões teóricas, serão apresentadas idéias gerais sobre gramática gerativa, mais especificamente acerca da noção de constituintes e sintagmas.

O quarto capítulo contém a metodologia e análises das orações coletadas na pesquisa, realizada por meio de acesso ao endereço eletrônico do Superior Tribunal de Justiça.

CAPÍTULO 1: OS TEXTOS JURÍDICOS E OS MANUAIS DE REVISÃO TEXTUAL

1.1 – A ATIVIDADE JURÍDICA E O PORTUGUÊS

A atividade jurídica tem imensa importância em um país democrático como o Brasil. E é evidente que a linguagem, nesse sentido, desempenha uma função primordial, de expressão de significados e inter-relações. Não existiria Justiça se não houvesse meio pelo qual ela pudesse expressar seus fatos e leis.

O conhecimento do português e das regras gramaticais, desse modo, é significativo para a correta expressão do sentido do texto, visto que gramática e sentido caminham juntos. Um texto jurídico escrito, seja ele lei, jurisprudência ou doutrina, se expressa pelo uso da palavra, cujo entendimento pleno não prescinde de uma expressão gramatical e vocabular exata e precisa, haja vista que serão a base das práticas e teorias jurídicas de todo um país. Qualquer inexatidão pode causar inúmeras interpretações equivocadas e os danos podem ser irreparáveis.

Assim, o presente trabalho procura explicitar as relações entre o uso da vírgula nos textos jurídicos – especialmente aqueles de circulação rotineira no Superior Tribunal de Justiça, a saber, *habeas corpus*, reclamação, agravo em recurso especial e medida cautelar – e a noção de constituinte presente na obra de Miotto (2013), aproximando este conceito ao uso daquele sinal de pontuação de modo que se compreenda mais efetivamente o emprego da vírgula em conjunto com a ideia de unidade sintagmática e hierarquia sintática, rejeitando-se, portanto a ideia de uma construção linear da frase.

É incorreto imaginar que semântica e sintaxe são diametralmente separadas. Desse modo, o foco aqui é, a partir do estudo da sintaxe, especificamente o emprego da vírgula, demonstrar que há problemas nas estruturas (períodos) desse gênero textual – as quais, muitas vezes, comprometem sua compreensão –, e propor soluções para essas questões a partir das considerações de Miotto sobre a sintaxe gerativa e os constituintes. Essas unidades se combinam não aleatoriamente e, por isso mesmo,

determinam regras de agrupamento e sinalização para os casos de mobilidades dessas unidades no período.

A pontuação é um dos principais itens de dúvida durante a elaboração textual. Na produção de textos no âmbito jurídico, pode-se perceber uma tendência ou mesmo um uso consagrado que privilegia a inversão dos termos da oração. Essa situação implica saber as melhores formas de construir significado e empregar a pontuação corretamente sem gerar ambiguidade nem deixar de lado a clareza e a fluidez do texto, pois, ainda que os termos não estejam colocados na ordem canônica, sujeito-verbo-complemento, as sinalizações devem existir, para que o leitor se situe o mais brevemente possível durante a leitura.

A vírgula, nesse contexto, configura-se como componente sinalizador, indicador de relações entre termos, elemento conector ou separador de termos ou expressões. Sem a vírgula, a compreensão textual, a apreensão do significado fica prejudicada e, muitas vezes, totalmente nula.

Como aponta Viana e Andrade (2011):

Na verdade, os textos jurídicos têm sido afetados pela “fraseomania” dos operadores do direito, que possuem o vício de formular frases rebuscadas sem conteúdo relevante. Isso remete ao tão falado “juridiquês” que, ao invés de aproximar o jurisdicionado, cria um abismo entre quem busca seus direitos e a concretização do direito em si. Na verdade, esse prejuízo não é só para o cidadão comum que se vê distante do direito almejado, mas também é para o profissional do direito, visto que há o descrédito da justiça e, por consequência, do próprio operador jurídico (Viana e Andrade, 2011, p. 39¹).

Nesse excerto, pode-se perceber o quanto a linguagem jurídica pode ser, dependendo da situação, um entrave, e não uma solução, visto que seu modo de expressão elevou-se a um rebuscamento tal que é incompreensível pelos leitores leigos. Esses autores defendem que a regra de emprego da vírgula que indica o ritmo da fala, da oralidade está incorreta e apresentam um exemplo de erro:

¹ VIANA, Daniel Roepke. ANDRADE, Valdeciliana Da Silva Ramos. Direito e Linguagem: Os entraves linguísticos e sua repercussão no texto jurídico processual. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais* – nº 5, 2011. Disponível em: <<http://www.fdv.br/publicacoes/periodicos/revistadireitosegarantiasfundamentais/n5/2.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2015

É oportuno fixar que o emprego de vírgulas não deve seguir a respiração, como preconizam algumas pessoas. Este é um dos equívocos mais comuns e que acarretam, algumas vezes, na separação entre sujeito e verbo pela vírgula, como neste exemplo:

A **empresa-ré, possui** no Estado do Espírito Santo, 02 (duas) gerências INDIVIDUALIZADAS [...]. (Contestação, proc. n° 0029.2002.005.17.00-8, grifo nosso)

Importante deixar claro que **nunca** se deve separar o sujeito “Empresa-ré” do verbo “possui”. Na dúvida, é sempre conveniente consultar as regras gramaticais

(Viana e Andrade, 2011, p. 51 e 52).

É importante ressaltar que o texto jurídico, em geral, tem circulação ampla, pois muitos dos textos que podem ser classificados como pertencentes ao âmbito jurídico são veiculados em endereços eletrônicos de acesso público, porém, para o leitor não ambientado com a linguagem, a leitura torna-se, muitas vezes, indecifrável, devido ao emprego de vocábulos desconhecidos, muito específicos desse tipo de linguagem. Todavia, sobretudo no que se refere à complexa sintaxe construída nesses gêneros, expressa em longos períodos e por meio de inúmeras inversões, a incompreensão mostra-se ainda mais presente. A pontuação utilizada pode, sem dúvida, facilitar ou complicar o entendimento.

Propõe-se, desse modo, no presente trabalho, demonstrar como ocorre a vírgula nos textos jurídicos e como o conceito de constituinte, presente na sintaxe gerativa, pode auxiliar no entendimento acerca do correto emprego desse sinal de pontuação. Sua correta utilização – que erroneamente é entendida como marcadora de pausa na fala – deve ter embasamento não na oralidade, mas na configuração sintática e na consciência da conformação sintagmática dos termos. Uma vez consideradas as unidades e as marcações de suas relações, o uso da vírgula torna-se menos embaraçoso.

No texto jurídico, a ordem dos termos na oração costuma:

- **Renunciar a ordem canônica de sujeito, verbo e complemento.**

Os critérios para uso da vírgula:

- **Costumam se situar: a partir da oralidade e seguindo critérios relacionados a pausa e ritmo.**
- **Porém, deveriam submeter-se à sintaxe da oração, a partir da ordenação dos termos.**

A partir do que foi elucidado, podemos agora estabelecer alguns critérios que os manuais de revisão textual utilizam no processo de revisão, delimitando nossas explicações àqueles pontos cruciais para a revisão do texto jurídico, em conjunto com as noções expressas nesses manuais acerca das regras de emprego dos sinais de pontuação e acerca da disposição sintática dos termos na oração e no período.

1.2 – MANUAIS DE REVISÃO TEXTUAL: *PARA ALÉM DA REVISÃO TEXTUAL*

A profissão do revisor está relacionada, primariamente, à leitura apurada de um texto e à verificação de aspectos gramaticais, sintáticos, semânticos, comunicacionais, discursivos desse texto. O revisor é aquele que se distancia do texto para estabelecer uma visão crítica sobre ele, indicando possíveis interpretações errôneas e propondo melhorias no texto, de acordo com sua finalidade: literária, informacional, argumentativa.

O revisor pode, além dos aspectos intrínsecos do texto, envolver-se também com a dimensão extratextual, que se refere a elementos visuais, de editoração e tudo que envolve editoração e publicação de textos em meio físico e eletrônico.

O revisor é aquele, segundo Coelho Neto (2008, p. 62), que tem atribuição de:

- Revisar os originais (ou provas, ou heliográficas, ou fotolitos) aprovados para edição por: editoras, gráficas, agências de publicidade, autores, mestrados, doutorandos, preparadores de originais de quaisquer instituições etc.
- Revisar, se tiver experiência, traduções, cotejando-as com os originais (necessita de um auxiliar, em tais casos).

- Revisar textos a serem disponibilizados na internet.
- Revisar livros já publicados, objetivando uma edição revista (e/ou ampliada).
- Proceder a quantas revisões forem acordadas com o cliente.

Como foi visto, as atribuições do revisor de texto inserem-se em um campo muito amplo de atuação; onde houver texto para publicação ou circulação, haverá necessidade de um revisor: textos publicados em endereços eletrônicos, livros, trabalhos científicos e acadêmicos, manuais de uso de produtos, contratos de prestação de serviços, jornais, revistas e periódicos impressos e eletrônicos, cartilhas, enfim, é um mundo inteiro de textos a serem revisados.

Nesses muitos meios de circulação de informação, a noção de padronização, de certo e errado, muitas vezes é tênue, e exige do revisor muito conhecimento da língua e de suas variáveis. O grau de formalidade do texto deve ser muito bem conhecido pelo revisor, uma vez que suas intervenções disso dependerão: um texto com uma finalidade comunicativa relacionada ao emprego da norma culta deve ter como objetivo minimizar os empregos coloquiais da língua, desse modo.

Uma vez que as variantes de prestígio são aquelas relacionadas ao conhecimento das regras da gramática normativa ou algo próximo de uma fala mais monitorada, não se pode ignorar o fato de que reconhecer as variantes de menos prestígio da língua não prescinde a importância de suas variantes cultas, pelo contrário: é com o conhecimento das situações comunicativas e de posse do objetivo de comunicação que se pode reconhecer a importância do estudo e do conhecimento das regras gramaticais de modo a entender e produzir textos cada vez mais variados, desde uma tese acadêmica até um pequeno bilhete. O revisor que reconhece esse contínuo de variação da língua consegue discernir quando é necessário interferir em um texto e de que modo.

As diferenças de registro, como aponta Coelho Neto (2008, p. 80 e 81), antes de serem polos distantes geradores de conflitos entre língua falada (com menos prestígio social) e língua escrita (com muito mais prestígio social), são formas de comunicação legítimas. A língua falada, ainda que seja dinâmica, mais volátil e menos monitorada, corresponde a uma necessidade de

comunicação, basta perceber como utilizamos de nossa capacidade de fala cotidianamente.

A língua escrita, entretanto, tem mais valor por conseguir ser mais objetiva, por requerer mais exatidão daquele que produz um texto escrito. Desse modo, o registro de um texto escrito permite que a mensagem seja mais efetiva e que perdure por mais tempo. O fator tempo, nesse contexto, é substancial para determinar a escolha do vocabulário, da sintaxe, pois será necessário o emprego de palavras e estruturas oracionais que se aproximem da norma padrão, de modo a ser inteligível por um grande número de pessoas.

A situação comunicativa é determinante para se verificar qual variante da língua deve ser empregada, se mais ou menos formal. Para uma conversa familiar cotidiana, não é preciso se ater tanto aos aspectos sintáticos, de repetição vocabular, concordância, uma vez que o objetivo comunicacional é simples, não requer muito planejamento.

Já os textos escritos demandam mais controle do autor, planejamento, síntese, pois o texto escrito, ainda que possa ser modificado após sua publicação ou disponibilização em meios impressos ou eletrônicos, necessita da maior clareza possível, pois o leitor/interlocutor não tem acesso ao contexto de produção daquela mensagem, não poderá estabelecer questionamentos acerca do que leu, o autor deve oferecer todos os referentes necessários à compreensão de sua mensagem.

Coelho Neto defende que um revisor não pode dispensar os dicionários e gramáticas normativas, pois são subsídios importantes. Ele assevera que:

[...] hoje podemos dizer que 'o que define a norma ou padrão culto é o uso consensualmente aceito e consagrado como correto pelos falantes que têm alto grau de escolaridade'². Nessa linha, o conjunto das gramáticas deve ser enriquecido com tudo aquilo que contém os documentos oficiais, as leis, os livros de qualidade, os jornais e revistas tradicionais de grande circulação. A língua padrão seria o consenso do que é veiculado nesse conjunto ampliado.

(Coelho Neto, 2008, p. 96)

² Coelho Neto citando Garcez: GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever. São Paulo: Martins Fontes: 2001.

Assim, estabelecido o contexto básico que envolve a atividade de revisão – que diz respeito, basicamente, e de forma bem simplista, ao conhecimento das variantes da língua, das características da língua falada e da língua escrita e do objetivo e situação comunicativos, que são determinantes para o ofício do revisor –, importante elucidar agora as principais regras de emprego da vírgula presentes nas gramáticas tradicionais, para, em seguida, indicar como elas ocorrem nos dados coletados nesta pesquisa.

CAPÍTULO 2: A VÍRGULA

2.1 – O QUE DIZEM OS GRAMÁTICOS BECHARA, ROCHA LIMA E CUNHA & CINTRA?

Nesta parte do presente trabalho, analisar-se-á algumas gramáticas prescritivas para evidenciar os principais estudos acerca da vírgula no que tange às regras de emprego desse sinal de pontuação.

A exposição dos estudos desses gramáticos visa compreender como as regras auxiliam ou dificultam a compreensão dos mecanismos envolvidos no ato de pontuar um texto, uma frase.

É necessário dizer que, primeiramente, será apresentada uma visão geral da vírgula, apontando os principais casos evidenciados pelos gramáticos para, depois, especificar as regras que são mais aplicáveis a este estudo, a saber, o uso de vírgula em orações e termos intercalados e deslocados. Ainda cumpre esclarecer que será dedicada uma parte deste trabalho a explicações simplificadas sobre as regras do uso do travessão, uma vez que, no tipo de texto analisado, muitas vezes aparecem vírgula e travessão concomitantemente.

As regras gerais de emprego da vírgula normalmente apontam para o uso no aposto (termo explicativo), nos vocativos, entre termos coordenados, para marcar expressões explicativas, corretivas, entre outras. A seguir, a apresentação dessas regras gerais segundo Rocha Lima:

2.1.1 – ROCHA LIMA: *GRAMÁTICA NORMATIVA DA LÍNGUA PORTUGUESA*

No capítulo de pontuação na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* de Rocha Lima (1994), logo no início, o autor apresenta as "Pausas rítmicas", dentre as quais está a vírgula. Essa inclusão se justifica pela necessidade de haver pausas em um discurso que ainda não foi concluído, parecendo, desse modo, haver uma clara relação entre vírgula e oralidade (p. 458):

As pausas rítmicas, – assinaladas na pronúncia por entoações características e na escrita por sinais especiais –, são de três espécies:

1) Pausa que não quebra a continuidade do discurso, indicativa de que a frase ainda não foi concluída. Marcam-na:

a vírgula (,)

[...]

(Rocha Lima, 1994, p. 458)

Logo após, há um subtítulo especificando o emprego da vírgula (p. 459 a 463) e aqui estão expostos os casos gerais:

Usa-se a vírgula:

[...]

1. Para separar os termos de mesma função, assindéticos.
2. Para isolar o vocativo.
3. Para isolar o aposto.
4. Para marcar a supressão do verbo.
5. Nas datas.
6. Nas construções em que o complemento do verbo, por vir anteposto a este, é repetido depois dele por um pronome enfático.
7. Para isolar certas palavras e expressões explicativas, corretivas, continuativas, conclusivas, tais como: *por exemplo, além disso, isto é, a saber, aliás, digo, minto, ou melhor, ou antes, outrossim, demais, então, com efeito*, etc.
8. Para separar as orações coordenadas assindéticas.
9. Para separar as orações coordenadas ligadas pela conjunção *e*, quando os sujeitos forem diferentes.
10. Para separar as orações coordenadas ligadas pelas conjunções *mas, senão, nem, que, pois, porque*, ou pelas alternativas: *ou... ou; ora... ora; quer... quer*, etc.
11. Para isolar as conjunções adversativas *porém, todavia, entretanto, no entanto, contudo*; e as conjunções conclusivas: *logo, pois, portanto*.
12. Para separar as orações consecutivas.
13. Para separar as orações reduzidas de gerúndio, participípio e infinitivo.

(Rocha Lima, 1994, p. 459 a 463)

O autor menciona conceitos bastante imprecisos, como, por exemplo, o “adjunto adverbial de pouca longura”, que dispensa a vírgula, o “termo intercalado” e a “oração parentética”, o que torna confuso o entendimento dessas regras por leitores leigos, e até mesmo por aqueles minimamente habituados com as regras da língua portuguesa. Não há nenhuma menção a obrigatoriedade ou proibição ao uso desse sinal. Apenas indicações, “usa-se a vírgula”.

Agora serão analisadas as mesmas regras segundo Evanildo Bechara, em sua obra *Moderna Gramática Portuguesa*.

2.1.2 – BECHARA: MODERNA GRAMÁTICA PORTUGUESA

Na *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, o capítulo sobre pontuação e especificamente vírgula, aparece nas páginas finais da obra. O gramático cita Nina Catach e, logo no início, a noção de vírgula presente na obra *La Pontuaction* (CATACH, Nina. *La Pontuaction*, Paris, PUF, 1994):

[...] um ‘sistema [...] constituído de sinais sintáticos, destinados a organizar as relações e a proporção das partes do discurso e das pausas orais e escritas. Estes sinais também participam de todas as funções da sintaxe, gramaticais, entonacionais e semânticas’ [NC.1,7] [...] são essencialmente unidades sintáticas [...]

(Bechara, 2009, p. 604)

O autor, desse modo, apresenta uma noção de vírgula relacionada intrinsecamente à sintaxe, pois a vírgula, segundo Bechara, faz parte da função de pontuação chamada “sintática e comunicativa” (Bechara, 2009, p. 605).

Há, também, menção a pausas – conclusas e inconclusas – as quais o autor denomina serem subdivisões dos sinais essencialmente separadores, aí incluída a vírgula. As “orações articuladas entre si” funcionam a partir de ideias inconclusas interligadas, a vírgula, então, participa dessas orações, interligando-as.

Esses sinais visuais, desse modo, organizam e participam da apresentação do texto, que é redigido a partir de um sistema de escrita,

estabelecendo-se relações de “dependência e independência sintática e semântica” (Bechara, 2009, p. 606) e configurando-se a vírgula como uma sinalização sintática e também, às vezes, como um “contorno melódico” (Bechara, 2009, p. 605).

Na seção destinada exclusivamente a considerações acerca da vírgula, o autor aponta 16 situações que necessitam do emprego desse sinal, resumindo-se aqui aquelas mais gerais, deixando-se para a próxima parte aquelas regras relacionadas a termos intercalados e deslocados. É importante dizer que são bastante semelhantes às regras anteriormente citadas, presentes na gramática de Rocha Lima (Bechara, 2009, p. 609/610):

- a. para separar termos coordenados, ainda quando ligados por conjunção (no caso de haver pausa).
- b. para separar orações coordenadas aditivas ainda que sejam iniciadas pela conjunção e, proferidas com pausa.
- c. para separar orações coordenadas alternativas (ou, quer, etc), quando proferidas com pausa.
- d. para separar, em geral, os pleonasmos, e as repetições (quando não têm efeito superlativamente).
- e. para separar ou intercalar vocativos; nas cartas a pontuação é vária (em geral, vírgula), e na redação oficial usam-se dois pontos.
- f. para separar, nas datas, o nome do lugar.
- g. para separar as partículas e expressões de explicação, correção, continuação, conclusão, concessão.
- h. para separar as conjunções e advérbios adversativos (*porém, todavia, contudo, entretanto*), principalmente quando pospostos.
- i. para indicar, às vezes, a elipse do verbo.
- j. para assinalar a interrupção de um segmento natural das ideias e se intercala um juízo de valor ou uma reflexão subsidiária.

(Bechara, 2009, p.609/610)

Percebe-se, então, bastante semelhança entre os critérios de Rocha Lima e os de Bechara, entretanto, as diferenças se expressam na introdução da obra de Bechara: este correlaciona de maneira notória a importância da sintaxe para o entendimento do emprego da vírgula. No entanto, as semelhanças das duas gramáticas realizam-se na medida em que ambas

exprimem sugestões, nunca situações de uso obrigatório ou proibitivo da vírgula.

Em outras palavras, Rocha Lima restringe-se mais ao caráter melódico, rítmico, discursivo, Bechara, por sua vez, acrescenta a isso a importância da sintaxe e da organização dos termos da oração para o entendimento do emprego da vírgula. Ou seja, além da discursividade e da prosódia, a sintaxe também insere-se nas explicações acerca do uso da vírgula.

Apresentar-se-á, agora, a última obra gramatical prescritiva analisada nesta parte do trabalho: *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Cunha & Cintra.

2.1.3 – CUNHA & CINTRA: NOVA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO

Na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, os autores apresentam uma ideia de vírgula relacionada à recuperação, na escrita, de “recursos rítmicos e melódicos”.

A vírgula tem, para Cunha & Cintra, função essencial de marcar a pausa, de separar elementos de uma oração e de separar orações de um período – o título dessa parte, que inclui também outros sinais de pontuação, como o ponto, denomina-se “Sinais que marcam sobretudo a pausa”. De modo geral, divide-se em vírgulas utilizadas no interior da oração e vírgulas entre orações. Assim, a vírgula aparece, em Cunha & Cintra (2008):

1. No *interior da oração* serve:
 - 1.º) Para separar elementos que exercem a mesma função sintática (sujeito composto, complemento, adjuntos), quando não vem unidos pelas conjunções *e*, *ou* e *nem*.
 - 2.º) Para separar elementos que exercem funções sintáticas diversas, geralmente com a finalidade de realçá-los. Em geral, a vírgula é usada:
 - a. para isolar o aposto, ou qualquer elemento de valor meramente explicativo.
 - b. para isolar o vocativo.
 - c. para isolar os elementos repetidos.
 - 3.º) Emprega-se ainda a vírgula no interior da oração:
 - a. para separar, na datação de um escrito, o nome do lugar.

b. para indicar a supressão de uma palavra (geralmente o verbo) ou de um grupo de palavras.

2. Entre orações, emprega-se a vírgula:

1.º) Para separar as orações coordenadas assindéticas.

2.º) Para separar as orações coordenadas sindéticas, salvo as introduzidas pela conjunção e.

[...]

6.º) Para separar as orações reduzidas de infinitivo, de gerúndio e de particípio., quando equivalentes a orações adverbiais.

(Cunha & Cintra, 2008, p. 657-664)

Cumprе destacar que Cunha & Cintra também apresentam muitas semelhanças quanto às ocasiões de emprego da vírgula: para separar termos coordenados, para isolar apostos, para indicar a supressão de um termo. Não há um critério muito claro, como observado nas outras gramáticas, quanto à justificativa da escolha dessas regras. Somente no início do capítulo 21, sobre Pontuação (Cunha & Cintra, 2008), os autores fazem uma pequena menção à reconstituição, na escrita, do “movimento vivo da elocução oral”, dos “inumeráveis recursos rítmicos e melódicos”, sem referir-se a nenhum critério sintático, como o fez Bechara.

Assim, pode-se constatar que os gramáticos analisados apenas indicam as regras, sem explicar seus critérios de análise. Bechara, por sua vez, parece compreender uma instância importante quando o assunto é emprego da vírgula, assunto esse ignorado ou ocultado por Rocha Lima e Cunha & Cintra: a ordenação dos termos na frase, sua organização, a sintaxe, que, muitas vezes, determina a colocação de vírgula para evitar ambiguidade.

Agora, apresentados os casos gerais, mostra-se pertinente explicar mais aprofundadamente os casos relacionados ao uso de vírgulas para sinalizar termos intercalados e deslocados, nessas gramáticas.

Para melhor visualização, um esquema explicativo, em que estão dispostas as situações que cada autor defende:

Uso da vírgula em termos deslocados e intercalados

Adjuntos adverbiais

Rocha Lima (1994, p. 459 a 463): “Para assinalar a inversão dos adjuntos adverbiais:

‘Por impulso instantâneo, todo o ajuntamento se pôs de pé’ “.

Bechara (2009, p. 609/610): “para separar, em geral, adjuntos adverbiais que precedem o verbo e as orações adverbiais que vêm antes ou no meio da sua principal:

‘Eu mesmo, até então, tinha-vos em má conta.’

‘mas, como as pestanas eram rótulas, o olhar continuava o seu ofício’ ”.

Cunha & Cintra (2008, p. 657 a 664): “para isolar o adjunto adverbial antecipado:

‘Lá fora, a chuvada despenhou-se por fim’ “.

Intercalação/Inversão de termos

Rocha Lima (1994, p. 459 a 463): “Para isolar orações ou termos intercalados:

‘A mim me parece, tornou Leonardo, que os títulos é cousa conveniente e necessária’ ”.

Bechara (2009, p. 609/610): “para separar orações intercaladas:

‘Não lhe posso dizer com certeza, respondi eu’ “.

Cunha & Cintra (2008, p. 657 a 664): “para isolar as orações intercaladas:

‘Se o alienista tem razão, disse eu comigo, não haverá muito que lastimar o Quincas Borba.’ ”

“para desfazer possível má interpretação resultante da distribuição irregular dos termos da oração, separa-se por vírgula a expressão deslocada:

‘de todas as revoluções, para o homem, a morte é a maior e a derradeira’ “.

Orações subordinadas adverbiais

Rocha Lima (1994, p. 459 a 463): “Para separar as orações subordinadas adverbiais (iniciadas pelas conjunções subordinativas não-integrantes), quer antepostas, quer pospostas à principal:

‘Enquanto o senhor escarneceu o feitio das minhas botas, estava no seu ofício e no seu direito’ “.

Bechara (2009, p. 609/610): “para separar, em geral, adjuntos adverbiais que precedem o verbo e as orações adverbiais que vêm antes ou no meio da sua principal:

‘Eu mesmo, até então, tinha-vos em má conta.’

‘mas, como as pestanas eram rótulas, o olhar continuava o seu ofício’ “.

Cunha & Cintra (2008, p. 657 a 664): “para separar as orações subordinadas adverbiais, principalmente quando antepostas à principal:

‘Quando se levantou, os seus olhos tinham uma fria determinação’ “.

Adjetivos e orações adjetivas de sentido explicativo ou restritivo

Rocha Lima (1994, p. 459 a 463): “Para separar os adjetivos e orações adjetivas de sentido explicativo:

‘A ele, que é o decano da corporação, nenhum preito lhe renderam’ “.

Bechara (2009, p. 609/610): “para separar as orações adjetivas de valor explicativo:

‘[...] eu, que valia mais, muito mais do que ele [...]’ “.

Cunha & Cintra (2008, p. 657 a 664): “para isolar as orações subordinadas adjetivas explicativas:

‘Eu, que tinha ido ensinar, agora me via diante de trinta examinadoras’ “.

“restritivas ligam-se a um substantivo ou pronome - não têm pausa. As explicativas tem qualidade acessória, são dispensáveis - com vírgula:

‘Não se lembraria do beijo que me jogara de longe [...]’

‘Os dois espanhóis e meu tio, que o ouviam, olharam para mim’ “.

Dar relevo

Cunha & Cintra (2008, p. 657 a 664): “adjunto adverbial de pequeno porte - a vírgula é usada para dar relevo:

‘depois, tudo caiu em silêncio.’ “

Separar sujeito

Bechara (2009, p. 609/610): “Esta pontuação pode ocorrer ainda que separe por vírgula o sujeito expandido pela oração adjetiva:

‘Os que falam em matérias que não entendem parecem fazer gala da sua própria ignorância’ ”.

2.2 – O USO DE VÍRGULA E TRAVESSÃO CONCOMITANTEMENTE

Na obra de Rocha Lima não há nenhuma menção explícita ao travessão, vindo este dentro de uma observação presente na seção destinada à vírgula; veremos isso adiante.

Quanto ao travessão, Cunha & Cintra o insere na parte destinada a “Sinais que marcam sobretudo a melodia”. Será vista somente uma ocorrência desse sinal de pontuação, segundo o objetivo deste trabalho (os erros decorrentes do uso conjugado de travessão e vírgula). Usa-se o travessão:

2.º) Para isolar, num contexto, palavras ou frases. Neste caso, em que desempenha função análoga à dos parênteses, usa-se geralmente o travessão
DUPLO:

– Acho – e retomou o discurso – que já assustamos demais o nosso jovem amigo. (J. de Sena, G-C, 179)

(Cunha & Cintra, 2008, p. 682/683)

Bechara destina menos de uma página a esse sinal de pontuação e consegue esclarecer mais um pouco seu uso. O autor menciona que “o travessão pode substituir vírgulas, parênteses, colchetes, para assinalar uma expressão intercalada”. E exhibe um exemplo desse emprego conjugado, em que explica que “pode haver vírgula depois do travessão” (Bechara, 2009, p. 612):

Duas, três vezes por semana, havia de lhe deixar na algibeira das calças – umas largas calças de enfiar –, ou na gaveta da mesa, ou ao pé do tinteiro, uma barata morta” [MA.1,46].

(Bechara, 2009, p. 612)

2.3 – A VÍRGULA NOS MANUAIS DE PORTUGUÊS VOLTADOS AO TEXTO JURÍDICO – MANUAL DO STJ

A parte que cabe à vírgula, no Manual de Padronização de Textos do STJ, é bastante completa, considerando-se que esse documento é voltado para linguagem jurídica, abarcando, desse modo, em maior número, geralmente, as disposições acerca dos gêneros oficiais e de termos específicos, de uso cotidiano desse ambiente, e menos questões específicas de Língua Portuguesa.

No verbete *aposto*, constante na parte *Linguagem*, (STJ, 2012, p. 38) há explicações sobre o uso da vírgula para marcar termos explicativos como o aposto. Deve-se usar o aposto explicativo entre vírgulas, depois da palavra a que se refere. Na página 39 do mesmo documento, há uma observação relacionada a apostos empregados para referir-se a nomes de títulos, cargos, e ressalta-se a importância de saber a diferença entre eles, pois um somente acrescenta uma informação sobre um único elemento, o outro restringe a abrangência do elemento, especificando-o: “A presidente da República, *Dilma Roussef*, proferiu ontem discurso de combate à fome. [...] O ex-presidente da República *Fernando Henrique Cardoso* criou superministério para segurança.”

O travessão aparece em dois casos, explicados por esse manual:

- (i) em elementos explicativos e apositivos: “A Justiça – virtude suprema – é um valor universal da alma humana e do Estado”;

(ii) para dar ênfase em palavras ou orações: “A violência vivenciada pelos brasileiros – agravada pelo que se denominou crime organizado – é tema diário dos telejornais”.

(STJ, 2012, p. 81)

É ressaltada, também, a importância de haver a correta escrita de travessão, quando travessão duplo e vírgula coincidirem: “A Justiça de São Paulo realizou recentemente o primeiro interrogatório em que o réu, preso no Centro de Detenção Provisória – região leste da cidade –, respondeu ao Juízo na 30ª Vara Criminal – região oeste” (STJ, 2012, p. 81).

São três as regras sobre o uso da vírgula nesse Manual:

- para isolar adjunto adverbial antecipado ou intercalado: “Há mais de dez anos, a reforma do Judiciário foi encaminhada ao Congresso Nacional; A reforma do Judiciário, há mais de dez anos, foi encaminhada ao Congresso Nacional”.
- para realçar adjunto adverbial antecipado ou intercalado de pequeno porte: “Hoje haverá sessão da Corte; Haverá hoje sessão da Corte; Hoje, haverá sessão da Corte”.
- para separar orações subordinadas adverbiais, quando antepostas à principal ou nela intercaladas (quando pospostas, a vírgula é facultativa): “Conforme previsão regimental, o projeto será levado à apreciação dos ministros; O interesse público, a despeito dos argumentos apresentados na petição pelo requerente, não foi afetado”.
- para separar as orações subordinadas adjetivas explicativas: “Os documentos, que perdi, foram encontrados”.
- para separar as orações intercaladas.
- nunca se deve separar por vírgula o sujeito do objeto.

(STJ, 2012, p. 81 a 83)

Explicadas as regras principais de emprego da vírgula e do travessão presentes nos manuais (gramáticas e manuais voltados à linguagem jurídica), com atenção especial aos casos aqui tratados – vírgula nos termos intercalados e deslocados, passamos agora ao capítulo 3, no qual a noção de constituinte e sintagma será melhor elucidada, de acordo com as teorias de sintaxe gerativa.

CAPÍTULO 3: A NOÇÃO SINTÁTICA DE CONSTITUINTE

Muitas vezes, pensa-se que a gramática gerativa é incompatível com a língua escrita e com a norma culta, ou que quem prioriza esse campo da linguística, o chamado “pesquisador gerativista”, está inserto em seu mundo e não pode recorrer à análise do discurso, à linguística do texto.

Desse modo, é mesmo o intuito desta pesquisa explicar, sob vários enfoques (ênfatizando a gramática gerativa) o emprego da vírgula no texto jurídico, pois o entendimento acerca de unidades sintagmáticas, do sentido do texto, da relação texto-leitor e da situação comunicativa, por exemplo, congrega inúmeras teorias que podem explicar os erros verificados nos dados coletados nesta pesquisa sob diversos pontos de vista.

No que concerne à gramática gerativa, a noção que mais convém à proposta que aqui está em debate é a noção de constituinte, de sintagma.

A partir dessa perspectiva, ressalta-se, no trabalho de Oliveira (2005)³, inicialmente, uma definição de:

- Sintaxe: “contém a estrutura profunda, configuração da sentença sem movimento, e estrutura superficial depois da realização do movimento.”; e depois a definição de
- Forma Lógica: “nível de representação do significado estrutural da oração”.

(Oliveira, 2005)

Sem adentrar muito nos conceitos mais específicos listados por Oliveira (como estrutura profunda), o importante aqui é entender que existe um modo de representar as sentenças que considera não regras ou contextos de uso, mas a estrutura hierárquica de uma sentença, em que seus “termos” são dispostos de forma nivelada e não linear. Essa disposição dos termos considera intrinsecamente a existência de unidades que dependem umas das outras. E é desse modo, entendendo unidades e correlações, que é possível entender porque há ou não vírgula em certas construções sintáticas.

³ OLIVEIRA, Dercir Pedro de. *Umas tintas de gerativa: conversas com quem não é do ramo*. Disponível em: <<http://www2.unemat.br/avepalavra/EDICOES/08/arquivos/DERCIR.pdf>>.

Gessilene Kanthack, no compêndio *Letras Vernáculas: sintaxe da língua portuguesa*, também relativo à gramática gerativa, aponta, em um trecho dessa obra, considerações acerca dessas unidades e como elas são facilmente identificáveis, segundo a teoria gerativa:

[...] você tem conhecimento de que muitos falam uma língua sem nunca mesmo ter frequentado um banco escolar. E, se falam, é porque sabem muito bem o que seja “regra”, um aspecto do conhecimento linguístico que tem propriedade sistemática. Por exemplo, [...] para a formação de uma sentença, o falante não organiza as palavras de forma aleatória. Há regras que determinam a constituição das unidades que vão assumir funções conforme as posições que ocupam na sentença. Isso qualquer falante sabe! [...]

(5) a. Ilhéus tem praias muito bonitas.

b. * bonitas tem muito Ilhéus praias.

(Kanthack, 2011, p. 25)

A segunda sentença não pertencente à língua portuguesa, devido à sua agramaticalidade⁴, devido à sua ordem atípica. Qualquer pessoa conhecedora da língua portuguesa, ainda que não tenha estudado gramática, reconhece que esta ordem – “bonitas tem muito Ilhéus praias” – não é característica do português.

A gramática gerativa é capaz de explicitar como os constituintes se organizam na sentença, como as palavras se combinam e se estruturam para formar a sentença (Kanthack, 2011, p. 127).

As sequências a seguir evidenciam os sintagmas presentes em uma oração como “Maria gosta de empada de camarão” e cada parte é considerada uma unidade, evidenciando as combinações possíveis na sentença, de modo a formar sintagmas e constituintes (Kanthack, 2011, p. 129):

⁴ Segundo o trabalho de Kenedy [KENEDY, E. Gerativismo. In: Mário Eduardo Toscano Martelotta. (Org.). In.: Manual de lingüística. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 127-140.], “outro centro de atenção dos gerativistas sempre foi compreender como é possível que os falantes de uma língua tenham intuições sobre as estruturas sintáticas que produzem e ouvem. Por exemplo, todo falante nativo do português sabe que uma frase como “quantos livros você já escreveu?” é perfeitamente normal, e pode ser falada por qualquer um de nós, sem causar estranhamento. Trata-se, portanto de uma frase gramatical, normal na língua. Esse mesmo falante do português também sabe, pela sua intuição, que uma frase como “* que livro você conhece uma pessoa que escreveu?” não é normal, é estranha, é uma frase agramatical da língua (e, por isso, é antecedida do asterisco, que indica a agramaticalidade).”

- (i) Maria gosta de empada de camarão
- (ii) Maria / gosta de empada de camarão
- (iii) Maria / gosta / de empada de camarão
- (iv) Maria / gosta / de empada / de camarão
- (v) Maria / gosta / de / empada / de / camarão

Esse esquema demonstra, segundo as explicações de Mioto relacionadas a sintagma, como essas unidades aparentemente lineares são, em níveis diferentes, dependentes entre si, e dotadas de elementos nucleares, que ordenados, formam o constituinte (Mioto, 2013, p. 47).

Não é, portanto, possível mudar a ordem dos constituintes, mudá-los de lugar, sem considerar essa combinação entre os vários itens presentes na sentença. Existe limite de variação desses termos, não se pode mudar tudo randomicamente. São sintagmas específicos que podem mudar de lugar, e dentro do sintagma, também existem regras. Por exemplo, não é possível dizer: “Maria gosta de empada camarão de”.

Essas regras que a gramática gerativa consegue evidenciar são de grande importância para reconhecer as possibilidades de ordenamento da sentença e, assim, empregar corretamente a vírgula nos textos que requerem uso do português padrão.

Ainda que, em certos momentos, a gramática gerativa rejeite a gramática normativa, devido a problemas de ordem descritiva⁵, é possível aproximar as duas vertentes de estudos gramaticais, especialmente, no que tange às considerações sintáticas: noções de sujeito, predicado, ordenação, deslocamentos de termos.

Assim como defende Negrão *et al.* (2003, p. 90) *apud* Kanthack (2011), “os movimentos evidenciam o fato de que a sentença é estruturada em

⁵ A gramática normativa indica regras de uso do português, é voltada ao uso da língua em sua variedade culta, padrão, enquanto que a gramática gerativa admite quaisquer sentenças geradas pelo falante de português, ainda que certas sentenças sejam rejeitadas devido a possíveis erros apontados pela gramática normativa.

constituintes, precisamente porque não é possível deslocarem-se partes de constituintes, nem seqüências que não formem um constituinte⁶”.

Na *Moderna Gramática Brasileira*, de Celso Pedro Luft, obra na qual há grande aproximação entre a gramática gerativa e a gramática prescritiva, a questão da ordem dos constituintes é assim apresentada:

Para a noção de ordem direta, é preciso ter em conta a distribuição dos constituintes imediatos da oração – locuções ou sintagmas – e a ordem dos constituintes internos destes.

As posições básicas da oração são:

Sujeito – Complemento verbal – Complementos; Predicativo –

1 2 3

Circunstâncias

4

[...]

Os sintagmas, por sua vez, têm uma ordem direta interna:

[...]

Sintagma Preposicional: Preposição + Sintagma Substantivo.

(Luft, 2000, p. 17/18)

É possível, então, estabelecer correlações e explicações acerca da impossibilidade de se ter uma sentença como “Maria gosta de empada camarão de”. A ordem existe até dentro dos sintagmas, e quando essa regra é burlada, a frase tem grandes chances de apresentar-se como agramatical.

A sintaxe que é ensinada no ensino regular ou em cursos específicos da área do direito parte de uma visão linear do período. Ao sujeito sucede o verbo, que, por sua vez, é sucedido pelo complemento. Essa é a visão que pode ser encontrada em gramáticas prescritivas, como as que foram abordadas anteriormente neste trabalho.

De modo algum ela pode ser desprezada, uma vez que é preciso haver um mínimo de uniformidade no que se refere às regras de escrita, ainda mais

⁶ Para saber mais sobre sintagmas, constituintes e gramática descritiva, consultar *Princípios de linguística descritiva*, de Mário Perini, especialmente as seções sobre a) Constituintes (páginas 46 e 47); b) Gramática (páginas 59 a 65) e c) Sintagmas e constituintes (páginas 93 a 104).

quando se trata de textos jurídicos, que expressam decisões de cunho judicial e que afetam a vida de milhões de pessoas.

Outro ponto importante a ser levantado é a perpetuidade desses escritos: quando uma lei é publicada, quando uma jurisprudência⁷ é adotada, a expressão escrita dessas decisões, a linguagem escrita que reproduz e afirma essa decisão precisa ser entendida claramente por aquelas pessoas que dela dependerão e que serão afetadas por ela.

Desse modo, o uso correto da vírgula, do sinal indicativo de crase, da regência, entre outros, é essencial para se produzir um bom texto, dado que a modalidade escrita expressa em linguagem formal assim exige; são as regras “do bem falar e do bem escrever”, como cita Miotto (2013, p. 13).

Porém, a gramática gerativa, ciência linguística que prioriza o aspecto descritivo da linguagem – ou seja, sem determinar regras, apenas descrevendo os fenômenos verificados, seja na língua oral seja na escrita – oferece suporte teórico para uma análise mais apurada acerca dos conceitos relacionados ao uso da vírgula.

Perini (1976, p. 21) ressalta:

[...] o lingüista, enquanto tal, procura estudar uma língua e construir hipóteses que expliquem o seu funcionamento, e não influir sobre os falantes para transformá-la. [...] O lingüista exclui de sua consideração apenas aquelas frases que os falantes rejeitam, por não as considerarem construções normais da língua – não por serem elas proibidas no uso culto ou literário.

Em outras palavras, a separação do período em constituintes hierarquicamente relacionados pode facilitar o entendimento de quem produz o texto, pois a concepção de unidades separadas e correlacionadas por meio dessa vírgula pode elucidar melhor os porquês de tantas regras.

Miotto (2013, p. 15) explica: “Ao contrário do que nos quer fazer crer a gramática normativa, quando falamos, mesmo que não estejamos obedecendo às regras dadas como as únicas possíveis, estamos fazendo uso de regras que são, em última instância, ditadas pela racionalidade humana.”

⁷ Jurisprudência, segundo o site do Tribunal Superior Eleitoral, “é o conjunto das decisões dos tribunais, no exercício da aplicação da lei. Representa a visão do tribunal em determinado momento, sobre as questões legais levadas a julgamento.” Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/pesquisa-de-jurisprudencia/perguntas-frequentes>>. Acesso em: 25 de abril de 2015.

Em outras palavras, a sintaxe gerativa vê o período como unidades relacionadas e interdependentes, e não como uma sequência simples. É, antes de tudo, na forma e não no significado que se baseiam os pressupostos gerativistas. Se for possível compreender que um termo é subordinado ou está em correlação a outro, então é possível estudar sintaxe e entender como a vírgula é empregada.

O trabalho de Barin e Da Costa (2003), na seguinte frase, ilustra essa organização sintática: “Uma oração é formada por unidades menores significativas, ou seja, constituintes que compõem uma unidade sintático-semântica chamada sintagma.”

A vírgula, nesse contexto, serve, então, na maioria dos casos, para sinalizar para o leitor alterações na ordem mais comumente empregada dos termos da frase. Em outros casos, a vírgula é obrigatória para desconstruir a ambiguidade. A noção de sintagma, unidade na oração, está intrinsecamente ligada à regra de emprego da vírgula.

CAPÍTULO 4 – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE DISCURSIVIDADE

No plano discursivo do texto, diferentemente da orientação prescritiva da gramática normativa (gramática tradicional), são analisados os aspectos de composição textual que extrapolam os conceitos puramente sintáticos. Quando se parte de pressupostos inerentes à língua – como dependência, hierarquia entre termos, constituintes, sintagmas e aspectos de descrição –, não se pode conceber um texto como sendo parte da cultura de um povo, como manifestação ideológica. Contudo, a análise do discurso permite essa ponte entre texto e ideologia. Os estudos discursivos são um conjunto de teorias e conceitos voltados aos aspectos sócio-históricos dos textos, são afetos àquilo que o puramente gramatical não consegue explicitar.

Enquanto a gramática gerativa demonstra fundamentos teóricos de análise gramatical estritamente formais (somente forma), a análise do discurso demonstra que o texto projeta seu significado para fora de si, para além da sintaxe, da semântica, da fonologia. É, portanto, uma área como que distante do “fazer científico” que caracteriza a gramática gerativa. Como uma “ciência humana”, uma história ideológica explicada dentro dos estudos linguísticos, sem exatidão e sem homogeneidade (Da Silveira, 2003):

Pêcheux, como analista de discurso que ocupa um lugar fundador, nos leva a crer que realmente não há possibilidades de se construir uma gramática discursiva porque tal gramática teria que admitir a opacidade em lugar da transparência, assim como a incompletude em lugar da totalidade, e o mais importante: ela teria que admitir o impossível no real da língua e ao fazer isso já não seria mais possível chamá-la gramática, pois é uma de suas características principais ter bem delimitadas as suas fronteiras.”

(Da Silveira, 2003)

Estendendo essa compreensão discursiva à ordenação dos termos na frase, podemos entender como importante a escolha do autor: se ele pretende ressaltar algo na frase, um deslocamento ou intercalação é bastante relevante nessa tarefa de evidenciar aquilo que é mais importante. Esse entendimento que ultrapassa a noção de sintagma e constituinte parece ser significativa para se entender mudanças na ordem canônica do período e da oração.

Othon M. Garcia ressalta:

Na coordenação, por ser ela, como já assinalamos, um paralelismo de funções e valores sintáticos idênticos, costumam ser mais limitados do que na subordinação os recursos estruturais disponíveis para dar a devida ênfase a determinada ideia no conjunto do período. Niveladas as orações no seu valor (ressalvadas as observações feitas em 1.4.2), o realce que se queira atribuir ao teor de qualquer delas passa a depender, quase exclusivamente, da sua posição no período, [...].

(Othon M. Garcia, 2010, p. 51)

Portanto, entendemos, sucintamente, que há aspectos, além daqueles estritamente gramaticais, que movem o autor a mudar a ordenação das orações e que essa mudança pode resultar em uma interpretação discursiva do texto, uma compreensão de que há justificativas, a mudança não é aleatória.

CAPÍTULO 5: METODOLOGIA DA PESQUISA, COLETA E ANÁLISE DE DADOS

5.1 – ESCOLHA DO TEMA

O tema “Intercalações e deslocamentos no texto jurídico” foi escolhido a partir da minha experiência como revisora de textos. A partir de um estágio realizado no Superior Tribunal de Justiça⁸, percebi algumas peculiaridades do texto oficial, especialmente o texto jurídico, com o qual eu tinha contato diariamente. Algumas dessas especificidades era a extensão das frases, dos períodos, o que dificulta o entendimento por um leigo. Outro aspecto era o vocabulário muito específico da área jurídica, com conceitos muito característicos.

Com a prática e a troca de experiências, pude aprender muito do que inicialmente me parecia muito complicado de entender. Entretanto, um dos assuntos que ainda me confundia e me impedia de realizar um trabalho cada vez melhor era o desconhecimento sobre o uso da vírgula, e consequentemente, da sintaxe das orações. Com os conhecimentos adquiridos na universidade acerca de sintaxe gerativa e de constituintes sintáticos, pude ter mais subsídios para realizar a revisão textual, inclusive pude observar os porquês de certas inadequações da vírgula e de outros elementos que compõem e fazem parte das orações.

Desse modo, a eleição do tema desta pesquisa foi proposital, motivada por uma experiência com a língua escrita em sua variante formal, uma vez que o contexto de uso analisado requer um registro padrão do português e uma adequação às regras gramaticais, visto que trata-se de documentos veiculados publicamente e que manifestam decisões governamentais importantes no que se refere ao Poder Judiciário, no âmbito penal e civil.

⁸ O funcionamento do STJ baseia-se, resumidamente, em seções julgadoras, cada grupo de ministros julga processos referentes a assuntos distintos: direito público (Impostos, previdência, servidores públicos, indenizações do Estado, improbidade), direito privado (Comércio, consumo, contratos, família, sucessões) e direito penal (Crimes em geral, federalização de crimes contra direitos humanos).

Fonte: http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Conhe%C3%A7a-o-STJ/Composi%C3%A7%C3%A3o-e-funcionamento.

A partir dessas considerações acerca da escolha do tema, passamos à metodologia do trabalho: como foram coletados os dados desta pesquisa.

5.2 – METODOLOGIA

Como foi visto até agora, o âmbito desta pesquisa envolve tanto o uso gramatical da vírgula segundo as principais gramáticas prescritivas, as regras gramaticais e seus respectivos “desvios”, quanto as explicações sobre ela presentes em teorias linguísticas como o gerativismo e a discursividade.

Os dados que aqui se analisam foram coletados da seguinte forma:

1. ACESSO AO ENDEREÇO ELETRÔNICO: a partir do acesso ao endereço eletrônico www.stj.jus.br, na seção “E-STJ”, subseção “Diário de Justiça Eletrônico⁹”, foi estipulado aleatoriamente o dia 8 de abril de 2015 para uma pesquisa inicial. Desse modo, seria disponível visualizar todas as publicações nesse Diário feitas pelo STJ nessa data. Foram priorizadas publicações que eram do meu conhecimento, ou seja, publicações as quais eu já havia tido contato ou publicações similares, com vocabulário parecido àquele que eu já estava habituada. Esta pesquisa considerou dados provenientes de sites eletrônicos para análise. Esses dados foram coletados entre os dias 7 de abril e 27 de abril de 2015 no endereço eletrônico <<https://ww2.stj.jus.br/processo/dj/init>>. O Diário é um documento disponibilizado por diversos órgãos públicos para consultas públicas.

2. COLETA DOS DADOS: em seguida, foram visualizados vários processos – embargos à execução, medidas cautelares, agravos em recurso especial, *habeas corpus* e reclamação – e peças para verificar possíveis usos inadequados da vírgula.

⁹ O Diário da Justiça Eletrônico (DJe) é a nova publicação oficial do STJ. É por meio dele que o Tribunal veiculará, a partir de agora, seus atos judiciais, administrativos e suas comunicações em geral. O DJe permite o acesso às comunicações oficiais do STJ com mais facilidade e rapidez. A consulta à versão eletrônica é gratuita.

Fonte: [http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Consultas/Di%C3%A1rio-da-Justi%C3%A7a-Eletr%C3%B4nico-\(DJe\)](http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Consultas/Di%C3%A1rio-da-Justi%C3%A7a-Eletr%C3%B4nico-(DJe))

3. PRÉ-SELEÇÃO DOS DADOS: então, com dez peças selecionadas (duas peças foram descartadas, pois não apresentaram nenhuma inadequação), foi iniciada uma identificação mais criteriosa dos períodos simples e compostos, em cada uma das peças.

4. SELEÇÃO DOS DADOS: inicialmente, não foram encontrados muitos exemplos de vírgulas empregadas inadequadamente no período simples, então, prosseguiu-se à pesquisa no período composto.

Nesse tipo de período, foram identificados muitos casos e, especialmente, aqueles que apresentavam **intercalações e deslocamentos** foram mais numerosos. Nos documentos pesquisados – medida cautelar, *habeas corpus*, reclamação e agravo em recurso especial –, a maioria dos períodos apresentou ordenamento diferente daquele mais comumente observado no português: em vez de apresentarem a ordem sujeito-predicado-complementos, as orações apresentaram a ordem complementos-sujeito-predicado.

Esse modo de organizar o período pode indicar um modo de organização do texto: primeiro são expostas as condições, meios, especificidades da situação, o que corresponderia aos adjuntos adverbiais, e depois a situação, configurando o sujeito e o predicado.

Explicada a metodologia, passamos à análise dos dados.

5.3 – ANÁLISE DOS DADOS

A seguir, as orações analisadas foram agrupadas em “Agravo em Recurso Especial”, “*Habeas Corpus*”, “Medida Cautelar” e “Reclamação”. Esses são os nomes das peças analisadas; cada uma delas existe para uma determinada ocasião no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. Há que se lembrar que a instância judicial do STJ é Superior, desse modo:

O Poder Judiciário é o ramo do Estado responsável pela solução de conflitos da sociedade e garantia de direitos dos cidadãos. No Brasil, é dirigido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Criado pela Constituição Federal de 1988, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) é a corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil. É de sua responsabilidade a solução definitiva dos casos civis e criminais que não envolvam matéria constitucional nem a justiça especializada.

Fonte: http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Conhe%C3%A7a-o-STJ/Atribui%C3%A7%C3%B5es

Para um breve entendimento acerca dessas peças, faz-se necessária uma sucinta explicação sobre a funcionalidade de cada uma:

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL: Recurso que se interpõe “contra decisão denegatória de recurso especial ou extraordinário. [...] O recurso é interposto contra a decisão do Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal que indefere o seguimento do recurso especial ou extraordinário, para o Superior Tribunal de Justiça [...]” (Gonçalves, 2014).

HABEAS CORPUS: Garantia constitucional concedida a quem esteja na iminência de sofrer ou esteja sofrendo violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder (STJ, 2012).

MEDIDA CAUTELAR: Ação ou ato processual que assegura a uma parte, antes da propositura ou julgamento da lide, a proteção de um direito, caso haja fundado receio de que a outra parte possa causar lesão grave e de difícil reparação a esse direito; medida preventiva ou preparatória (STJ, 2012).

RECLAMAÇÃO:

1. Requerimento dirigido a órgão superior mediante o qual é reivindicada a reparação de algo tido como injusto por aquele que sofreu gravame.

2. No Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal, é o instrumento processual adequado para preservar ou garantir a eficácia de suas decisões, como também para preservar a competência de ambos. Não é ação ou recurso, mas incidente processual (STJ, 2012).

Foi possível perceber que cada um desses tipos destina-se a uma finalidade específica. Como trata-se de um órgão judiciário de instância superior, a maioria dos casos julgados são provenientes de tribunais estaduais ou regionais, uma das partes não concorda com a decisão do juiz e recorre ao STJ. Em outros casos, como no *habeas corpus*, a reclamação e a medida cautelar, não há decisão a ser mudada, mas procura-se, com esses instrumentos, guardar ou proteger um direito.

Com essas breves e simplificadas explanações sobre os dados analisados, agora podemos ver **como se configuram as intercalações e deslocamentos nas orações selecionadas**.

Os dados a seguir estão agrupados segundo a peça da qual foram retirados. Algumas peças apresentaram muitas orações com problemas no uso da vírgula, outras nem tanto. Algumas orações não estão completas, nesse caso, foi selecionado apenas o trecho necessário, não comprometendo o entendimento de cada uma delas. Os dados foram reproduzidos exatamente como foram encontrados nos textos. Logo após sua apresentação está a análise dos sintagmas que foram deslocados ou intercalados e a explicação, segundo as gramáticas tradicionais e os conceitos de constituintes presentes na teoria gerativa.

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 252.866¹⁰

1. **“O acórdão recorrido está em consonância com o entendimento firmado pela Terceira Seção desta Corte, no julgamento do REsp. 1.109.591/SC, representativo de controvérsia, que pacificou o entendimento de que para a concessão de auxílio acidente é necessário que a sequela acarrete uma diminuição da capacidade laborativa do segurado, ainda que em grau mínimo.”**

Neste período, há quatro orações, aquela que apresenta problemas no uso da vírgula é: **“que pacificou o entendimento de** [que é necessário que a

¹⁰ O número ao lado de cada peça foi colocado somente para identificação, não alterando em nenhum aspecto a análise das orações.

sequela acarrete uma diminuição da capacidade laborativa do segurado, ainda que em grau mínimo.]”

Vamos analisá-la a partir dos conceitos sintagmáticos: o sintagma “para a concessão de auxílio acidente”, que está inserido na oração anteriormente mencionada, é um sintagma que representa um adjunto adverbial, o qual, por sua vez, segundo a gramática tradicional, quando deslocado de sua posição final na oração, deve vir entre vírgulas.

Assim, para que esse constituinte referente ao adjunto adverbial tenha seu deslocamento sinalizado, é necessário que as vírgulas sejam empregadas da seguinte forma: “que pacificou o entendimento de **que, para a concessão de auxílio acidente**, é necessário que a sequela acarrete uma diminuição da capacidade laborativa do segurado, ainda que em grau mínimo”, visto que o sintagma é uma unidade indissociável, podendo mover-se dentro da sentença, mas respeitando a constituição dos outros sintagmas.

Desse modo, não poderia haver, por exemplo, um deslocamento do seguinte tipo: “que pacificou o entendimento de **que, para a concessão de**, é necessário **auxílio acidente** que a sequela acarrete uma diminuição da capacidade laborativa do segurado, ainda que em grau mínimo”. O entendimento sobre as unidades de significado são primordiais para o entendimento da sentença: não é possível compreender a sentença retirando-se o termo “auxílio acidente” de seu sintagma, pois trata-se de uma unidade indissociável, podendo ser movida apenas nos limites dos outros sintagmas.

É possível estabelecer uma nova configuração da sentença respeitando-se a unidade sintagmática do predicado : “que pacificou o entendimento de que é necessário, **para a concessão de auxílio acidente**, que a sequela acarrete uma diminuição da capacidade laborativa do segurado, ainda que em grau mínimo” pois a estrutura **verbo + complemento + sujeito** é aceita no modelo “É necessário (algo)”.

Partindo-se das premissas de deslocamento de constituintes, vamos continuar a análise das sentenças tendo em mente a noção de que há unidades, na oração, que são indissociáveis, portanto seus deslocamentos devem obedecer a regras, para respeitar, também, os outros sintagmas da sentença.

2. “Na presente hipótese, o decréscimo na capacidade funcional do segurado foi reconhecido pelo Tribunal *a quo*, amparado pelo Laudo Pericial e pelo princípio da concausa, entendeu que *embora não haja nexo direto entre a atividade desempenhada e a lesão originária, não há como negar o nexo existente entre atividade laboral e o agravamento sistemático das condições de saúde do autor [...].*”

Neste período, a inadequação da vírgula mostra-se presente no sintagma “o Tribunal *a quo* entendeu que *embora não haja nexo direto entre a atividade desempenhada e a lesão originária, não há como negar o nexo existente entre atividade laboral e o agravamento sistemático das condições de saúde do autor [...]*”, em que o sintagma a que pertence o verbo e o complemento (“entendeu” e “que não há como...”) está intercalado por uma oração com sentido contrário expresso pela conjunção “embora” (*embora não haja nexo direto entre a atividade desempenhada e a lesão originária*).

Desse modo, esse termo, segundo as gramáticas, deve ser sinalizado com vírgulas, sendo escrito da seguinte forma: “o Tribunal *a quo* entendeu **que, embora não haja nexo direto entre a atividade desempenhada e a lesão originária, não há como negar o nexo existente entre atividade laboral e o agravamento sistemático das condições de saúde do autor [...]**”.

A oração, assim, ficará sinalizada quanto ao deslocamento do sintagma “embora não haja nexo direto entre a atividade desempenhada e a lesão originária”. Pode-se perceber que é possível mudar esse sintagma de lugar, mas respeitando a constituição dos outros sintagmas: o Tribunal *a quo* entendeu que *não há como negar o nexo existente entre atividade laboral e o agravamento sistemático das condições de saúde do autor **embora não haja nexo direto entre a atividade desempenhada e a lesão originária [...]***.

Esses “testes” de constituintes são modos de comprovar a existência de unidades na oração, as quais são formadas por vários sintagmas, combinados diferentemente, dependendo de cada oração. As mudanças de posição desses constituintes demandam sinalizações, como pudemos ver no exemplo anteriormente citado. Quando o sintagma ***embora não haja nexo direto entre a atividade desempenhada e a lesão originária*** muda de posição, do final para o meio ou para o início da oração (se isso for possível), a vírgula deve ser

empregada para indicar sintaticamente que houve uma inclusão de um sintagma que originalmente não estava ali.

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 565.770

1. “Da leitura dos fundamentos do acórdão recorrido, verifica-se que o Tribunal decidiu de forma fundamentada a respeito da impossibilidade da pretensão de reajuste em decorrência da sinistralidade (...).”

Neste outro dado, “de forma fundamentada” é o termo deslocado na oração “verifica-se que o Tribunal decidiu de forma fundamentada a respeito da impossibilidade da pretensão de reajuste em decorrência da sinistralidade (...)”. Não há uma oração deslocada, como no exemplo anterior, mas ainda assim é um sintagma e necessita, portanto, que seja sinalizado esse deslocamento entre o verbo “decidiu” e o objeto “a respeito da impossibilidade...”. Esse constituinte também está fora de sua posição original na oração, qual seja, depois do complemento, então, a vírgula é necessária.

Percebemos que se devolvermos o termo à sua posição original, canônica, na sentença, não haverá necessidade de vírgula: Da leitura dos fundamentos do acórdão recorrido, verifica-se que o Tribunal decidiu a respeito da impossibilidade da pretensão de reajuste em decorrência da sinistralidade de forma fundamentada (...). O autor possivelmente preferiu o deslocamento para ressaltar, na oração, esse adjunto adverbial (de forma fundamentada) ou para tornar mais claro o entendimento do leitor de que esse sintagma está relacionado ao verbo “decidiu”.

Passamos agora à próxima oração, que também tem um termo deslocado.

2. “Todavia, constata-se da simples leitura do acórdão recorrido, que o conteúdo normativo do art. 267, VI, do CPC, carece do requisito do prequestionamento, incidindo o óbice da Súmula n. 211/STJ.”

Um caso muito semelhante aos exemplos anteriores: O verbo “constata-se”, impessoal, é seguido do sintagma “da simples leitura do acórdão

recorrido”, que não é seu complemento, mas um sintagma deslocado. O complemento desse verbo é “que o conteúdo normativo do art. 267, VI, do CPC, carece do requisito do prequestionamento”. A vírgula, portanto, deve ser empregada após o verbo “constata-se”, para sinalizar a mudança de posição desse elemento na oração: Todavia, **constata-se, da simples leitura do acórdão recorrido, que** o conteúdo normativo do art. 267, VI, do CPC, carece do requisito do prequestionamento, incidindo o óbice da Súmula n. 211/STJ.

Poderia-se mudar a ordem deste modo: Todavia, constata-se que o conteúdo normativo do art. 267, VI, do CPC, da simples leitura do acórdão recorrido, carece do requisito do prequestionamento, incidindo o óbice da Súmula n. 211/STJ. Porém, não é possível que se mantenha o sentido original da sentença uma vez que foi inserido um sintagma dentro de outro. Para que não houvesse nenhum comprometimento do sentido, esse sintagma poderia ser colocado na sua posição original, no final da sentença: Todavia, constata-se que o conteúdo normativo do art. 267, VI, do CPC, carece do requisito do prequestionamento, incidindo o óbice da Súmula n. 211/STJ, da simples leitura do acórdão recorrido. Entretanto, ele fica distante do verbo a que se refere (“constata-se”).

Verificamos, então, nesse dado, que, em muitas situações, o deslocamento é necessário para maior clareza do enunciado, pois tirando o termo da sua posição deslocada, o sentido da frase é comprometido, ainda que a constituição sintagmática se mantenha.

No próximo exemplo, vamos analisar o deslocamento de outro termo, porém, nesse caso, há uma coordenação e não uma subordinação.

3. “Por fim, o acórdão recorrido dirimiu a controvérsia aplicando o Código de Defesa do Consumidor e com base nos elementos constantes dos autos, concluiu que: (...)”

Neste dado, o termo deslocado está inserido em uma oração coordenada: “e concluiu que (...)”, que complementa a ideia expressa na oração anterior: “o acórdão recorrido dirimiu a controvérsia aplicando o Código de Defesa do Consumidor”. Como esse sintagma não está em posição final (em posição final, ficaria assim “e concluiu que: (...) com base nos elementos

constantes dos autos”), vírgulas são necessárias para que a alteração sintática seja demonstrada.

A oração, escrita com a pontuação corretamente, ficará da seguinte forma: “Por fim, o acórdão recorrido dirimiu a controvérsia aplicando o Código de Defesa do Consumidor **e, com base nos elementos constantes dos autos, concluiu que:** (...)”, marcando sintaticamente que o termo entre vírgulas está intercalado. Novamente, é possível deduzir que o autor prefere deslocar o constituinte para dar maior **clareza** à sentença, visto que a extensão do sintagma predicado [“**concluiu que:** (...)”] pode ser grande, obrigando o autor a colocar o adjunto adverbial longe do verbo e comprometendo o sentido do texto.

Agora vamos a um exemplo diferente, o sintagma intercalado é uma oração subordinada.

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 675.461

1. **“O agravante impugnou devidamente o fundamento adotado na decisão agravada e mostrando-se preenchidos os pressupostos de admissibilidade do presente recurso, adentra-se o mérito.”**

Similarmente ao exemplo anterior, este dado oferece uma reflexão sobre as orações coordenadas. O uso da **conjunção e**, em “e mostrando-se preenchidos os pressupostos de admissibilidade do presente recurso, adentra-se o mérito” indica a relação entre os sintagmas a seguir: “O agravante impugnou devidamente o fundamento adotado na decisão agravada” e “adentra-se o mérito, mostrando-se preenchidos os pressupostos de admissibilidade do presente recurso” – se o termo subordinado for colocado após aquele que o subordina.

Em relação ao segundo sintagma, é visível que a oração iniciada pelo verbo “mostrando-se” configura um novo sintagma e, desse modo, deve vir marcado na sentença por meio de vírgulas, ficando do seguinte modo: **e, mostrando-se preenchidos os pressupostos de admissibilidade do presente recurso, adentra-se o mérito.**

Percebemos, até agora, que muitas vezes, os autores desses excertos deslocam unidades na oração e no período, mas, quanto às vírgulas, que sinalizam esse deslocamento, os autores costumam marcar apenas a última vírgula, esquecendo-se da primeira.

Agora vamos analisar o próximo dado: um caso de termo deslocado.

2. **“Com base nas premissas fixadas pelo Tribunal *a quo* a autora, ora agravante, comprovou a atividade rural do *de cujus* no momento do seu óbito, bem como a sua qualidade de segurado.”**

Esse caso é de deslocamento em um período simples. O termo “Com base nas premissas fixadas pelo Tribunal *a quo*” está anteposto ao sintagma correspondente ao **sujeito**, que é seguido pelo verbo e seu complemento: “**a autora** , ora agravante, comprovou a atividade rural do *de cujus* no momento do seu óbito, bem como a sua qualidade de segurado. Por esse motivo, deve haver uma vírgula para sinalizar esse deslocamento do sintagma para o início da oração.

A oração, desse modo, ficará corretamente pontuada assim: **Com base nas premissas fixadas pelo Tribunal *a quo*, a** autora, ora agravante, comprovou a atividade rural do *de cujus* no momento do seu óbito, bem como a sua qualidade de segurado.

Poderia esse constituinte estar também no fim da sentença: a autora, ora agravante, comprovou a atividade rural do *de cujus* no momento do seu óbito, bem como a sua qualidade de segurado **com base nas premissas fixadas pelo Tribunal *a quo***. Nesse caso, não há grandes prejuízos para a compreensão dessa oração a mudança do sintagma para o final do enunciado.

O caso a seguir é, novamente, de um deslocamento de sintagma equivalente a adjunto adverbial.

HABEAS CORPUS Nº 291.362

1. **“Desses preceptivos infere-se que, no habeas corpus, devem ser conhecidas quaisquer questões de fato e de direito relacionadas a**

constrangimento ou ameaça de constrangimento à liberdade individual de locomoção.”

Novamente, a sentença foi introduzida por um sintagma que representa um adjunto adverbial: “desses preceptivos”. Logo após, há o verbo – “infere-se” – seguido de outro adjunto adverbial devidamente marcado sintaticamente – “no habeas corpus”.

Para que possa haver marcação desse sintagma deslocado na frase, faz-se necessário o emprego da vírgula, ficando a oração assim: **Desses preceptivos, infere-se** que, no habeas corpus, devem ser conhecidas quaisquer questões de fato e de direito relacionadas a constrangimento ou ameaça de constrangimento à liberdade individual de locomoção.

No dado a seguir, o autor utilizou travessões como substitutos de parênteses, e mesmo de vírgulas. Vamos verificá-lo:

2. “Comprovada a reiteração da prática do ato infracional grave – *in casu*, equiparado ao delito de tráfico de drogas – impõe-se a confirmação da sentença que aplicou ao paciente medida socioeducativa consistente em internação.”

Esse caso contém mais um sinal de pontuação: o travessão. Conforme foi visto e ressaltado neste trabalho, o travessão pode ser utilizado conjuntamente com a vírgula, conforme as palavras de Bechara e segundo o Manual de Padronização de Textos do STJ. O travessão, segundo esses autores, pode aparecer na frase substituindo uma vírgula, para assinalar uma expressão intercalada, ressaltando-se que pode haver vírgula depois do travessão.

Esse é o caso do dado que analisamos: a expressão (“*in casu*, equiparado ao delito de tráfico de drogas”) anteposta ao verbo principal configura-se como um sintagma antecipado, anteposto, em posição inicial na oração, e seu fim é marcado pelo travessão depois da palavra “drogas”. Entretanto, há necessidade da vírgula, pois o travessão ressalta somente o termo “*in casu*, equiparado ao delito de tráfico de drogas”. Como o travessão

não marca o deslocamento do sintagma “Comprovada a reiteração da prática do ato infracional grave”, é necessária a vírgula após o travessão.

A oração ficará corretamente pontuada se for escrita assim: **Comprovada a reiteração da prática do ato infracional grave – *in casu*, equiparado ao delito de tráfico de drogas –, impõe-se** a confirmação da sentença.

Na sentença a seguir, vamos analisar um caso diferente: vírgula diferenciando oração explicativa de oração restritiva.

HABEAS CORPUS Nº 320.216

1. **“Este *habeas corpus* foi impetrado em favor de J. H. L. que teve sua prisão decretada por 30 (trinta) dias pela falta de pagamento dos alimentos que deve a seu filho menor.”**

Nesse dado, há a necessidade de diferenciar uma oração explicativa de uma oração restritiva: conforme foi visto, a vírgula é necessária nas orações explicativas, na qual há termos que apenas explicam algo, não especificando nenhuma informação (STJ, 2012).

Como foi construída, a oração não está coerente, pois sem a vírgula entende-se que há outro J. H. L. que não teria tido sua prisão decretada, entretanto, o texto não permite esse entendimento. A informação sobre J. H. L. é uma explicação – ele teve sua prisão decretada por 30 (trinta) dias pela falta de pagamento dos alimentos que deve a seu filho menor.

Necessária, portanto, a vírgula depois de “J.H.L.”, para que a informação que a ele se segue configure-se como uma mera explicação e não uma restrição: **Este *habeas corpus* foi impetrado em favor de J. H. L., que** teve sua prisão decretada por 30 (trinta) dias pela falta de pagamento dos alimentos que deve a seu filho menor.

No próximo exemplo, há uma intercalação, diferentemente da oração anteriormente analisada.

MEDIDA CAUTELAR Nº 24.096

1. “Sobre a temática em evidência, verifica-se que a orientação adotada pelo acórdão recorrido encontra-se em harmonia com o entendimento desta Corte no sentido de que **incide por analogia a Súmula nº 343/STF - a inviabilizar a propositura da ação rescisória - quanto o acórdão rescindendo se tiver baseado em matéria controvertida nos tribunais.**”

Aqui há outro caso de termo intercalado. A expressão “por analogia” aparece entre o verbo e o seu complemento. Esse sintagma, por não estar em posição final, precisa ter seu deslocamento sinalizado por vírgulas: **no sentido de que incide, por analogia, a Súmula nº 343/STF.**

Assim, a vírgula deve indicar uma intercalação do termo “por analogia” entre o verbo e seu complemento: Sobre a temática em evidência, verifica-se que a orientação adotada pelo acórdão recorrido encontra-se em harmonia com o entendimento desta Corte no sentido de que **incide, por analogia, a Súmula nº 343/STF (...).**

É possível mudar esse constituinte de lugar, colocando-o ao final da oração: Sobre a temática em evidência, verifica-se que a orientação adotada pelo acórdão recorrido encontra-se em harmonia com o entendimento desta Corte no sentido de que **incide a Súmula nº 343/STF, por analogia (...).** Percebe-se, então, que “por analogia” é um sintagma e, por isso, pode ter sua colocação modificada na sentença desde que seja respeitada, também, a constituição dos outros sintagmas e desde que haja, também, a devida sinalização com vírgulas.

O exemplo a seguir nos leva a recorrer ao conceito de aposto, vejamos.

MEDIDA CAUTELAR Nº 24.115

1. “No julgamento do referido agravo, o AREsp nº 647.825, o Exmo. Sr. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO - Ministro Designado (Portaria n.492/STJ de 06/09/2013) conheceu do agravo mas negou seguimento ao recurso especial, julgando seu mérito.”

Nesse dado, verificamos que há novamente a presença do travessão. Esse sinal de pontuação requer bastante atenção ao ser utilizado, pois, muitas vezes ele introduz um termo de caráter explicativo, como podemos observar na oração “No julgamento do referido agravo, o AREsp nº 647.825, o Exmo. Sr. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO - Ministro Designado (Portaria n.492/STJ de 06/09/2013) conheceu do agravo(...)”, em que o aposto “Ministro Designado (Portaria n.492/STJ de 06/09/2013) (...)” é iniciado por travessão, mas não há outro travessão ao final. Esses dois travessões são necessários porque equivalem a duas vírgulas, servindo como marcadores de um aposto, um termo explicativo e, sendo apenas uma explicação, necessita de duas marcações – duas vírgulas ou dois travessões.

Assim, com a pontuação adequada, a oração ficaria da seguinte forma: No julgamento do referido agravo, o AREsp nº 647.825, o Exmo. Sr. Ministro PAULO DE TARSO **SANSEVERINO – Ministro Designado (Portaria n.492/STJ de 06/09/2013) – conheceu** do agravo (...).

Na verdade, pode-se considerar que a essência da informação que se quer transmitir é que o referido ministro conheceu do agravo, porém, o autor optou por inserir um termo explicativo, especificando o sintagma anterior. Desse modo, explica-se que o Ministro Paulo Sanseverino é aquele que foi designado pela Portaria 492, de 6/9/2013.

2. “Na presente ação cautelar FP MEDEIROS LIMA VEÍCULOS LTDA. sustenta, em suma, ser exacerbado o valor fixado para a indenização, requerendo, ao final, a concessão de medida liminar para que seja atribuído efeito suspensivo ao agravo em recurso especial interposto.”

Aqui novamente há um caso de antecipação do sintagma equivalente ao adjunto adverbial: “na presente ação cautelar”. Esse constituinte designa o local, a circunstância da ação de sustentar, portanto, seu local de praxe deveria ser em posição final: após os complementos, que neste caso é “ser exacerbado o valor fixado para a indenização”. Porém, a evidenciação que se pretende imprimir a este termo provavelmente fez o autor do texto antecipá-lo, situando primeiro as circunstâncias da ação para depois descrever os atores da ação e a própria ação.

Desse modo, a vírgula deve ser empregada do seguinte modo: **Na presente ação cautelar, FP MEDEIROS LIMA VEÍCULOS LTDA.** sustenta, em suma, ser exacerbado o valor fixado para a indenização (...).

Vamos ver agora um exemplo bastante semelhante, com anteposição do sintagma para o início da oração.

3. “Na hipótese dos autos o especial não foi conhecido na origem, tendo sido interposto agravo em recurso especial.”

Mais um caso de adjunto adverbial deslocado; da posição final, ele foi transposto para a posição inicial, antes do sujeito “o especial”. Desse modo, a expressão “na hipótese dos autos” é, novamente, uma circunstância da ação expressa na oração (não ser conhecido na origem). A vírgula, então, deve ser colocada depois de “autos”, ficando a sentença assim: **Na hipótese dos autos, o especial** não foi conhecido na origem (...).

A oração a seguir também tem um sintagma anteposto, porém, o caso é de período simples; vejamos.

4. “Há no Superior Tribunal de Justiça, para casos assim, o firme entendimento de que apenas com a admissão do especial é que se inaugura a jurisdição desta Corte, não bastando, para tanto, a interposição do agravo em recurso especial.”

Neste dado, vamos analisar um período simples: o sintagma que designa o verbo da oração (“há”) é seguido de outro sintagma, que se refere a um adjunto adverbial (“no Superior Tribunal de Justiça”). Assim, as vírgulas indicativas de intercalação são indispensáveis, porém, verificamos que somente uma delas foi colocada; portanto esse termo ficaria corretamente escrito da seguinte maneira: **Há, no Superior Tribunal de Justiça,** para casos assim, o firme entendimento de que apenas com a admissão do especial (...).

Para se verificar a possibilidade de mudar de lugar esse sintagma, sua posição pode variar, indo para o fim da oração: Há, para casos assim, o firme entendimento de que, **no Superior Tribunal de Justiça,** apenas com a admissão do especial (...). Entretanto, dessa forma, a expressão perde a

relevância que o autor provavelmente pretendia ao tê-la colocado junto ao verbo “há”. É possível dizer também, como foi anteriormente ressaltado, que o autor teve a intenção de primeiramente apresentar as condições, expressas por esse sintagma que tem função de adjunto adverbial, e depois a ação propriamente dita.

5. “Somente em situações excepcionais é possível a concessão de efeito suspensivo a recurso especial não admitido pelo Tribunal de origem (...).”

Esse caso é atípico. Teoricamente, ao analisarmos a frase, o primeiro a se pensar é o adjunto adverbial anteposto, em posição inicial: “somente em situações excepcionais”. Porém, a palavra “somente” parece impedir que se coloque a vírgula marcando o deslocamento deste sintagma.

Vejamos os seguintes exemplos:

(i) Apenas com um martelo e um prego ele ajustou os quadros na parede.

(ii) Principalmente quando chover, afaste os móveis da parede para não mofarem.

(iii) Somente nessa hipótese você poderá me ligar.

Vemos que os advérbios às vezes sim, às vezes não comportam vírgula para marcar a antecipação. Um elemento que parece ser decisivo pra marcar isso é o advérbio que restringe o sentido da oração (apenas, principalmente, somente). Esses advérbios intensificam, restringem a condição expressa pelo adjunto adverbial. Uma das explicações possíveis pode ser encontrada nas teorias que explicam não os constituintes da oração (teoria gerativa), como anteriormente foi evidenciado neste trabalho, mas nas teorias que priorizam os aspectos discursivos.

Vamos agora às últimas análises.

6. “Ademais, o argumento relativo ao perigo da demora apresentado pela requerente, no sentido de que o *periculum in mora* está presente em face dos irreparáveis danos que o v. acórdão combatido causará a autora,

caso ocorra uma execução provisória não é bastante e suficiente de modo a mitigar a exigência de admissibilidade do recurso especial (...).”

Neste caso, observamos que a oração “*caso ocorra uma execução provisória*” indica uma condição, sendo um sintagma colocado antes do verbo. O sintagma sujeito (“o argumento relativo ao perigo da demora apresentado pela requerente”) é seguido de uma expressão com sentido de adjunto adnominal (“no sentido de que o *periculum in mora* está presente *em face dos irreparáveis danos que o v. acórdão combatido causará a autora*”). Portanto, a oração a que nos referimos está inserida praticamente entre sujeito e predicado, necessitando, assim, de ter sinalizado seu deslocamento.

Desse modo, a pontuação correta deve ser assim: Ademais, o argumento relativo ao perigo da demora apresentado pela requerente, no sentido de que o *periculum in mora* está presente *em face dos irreparáveis danos que o v. acórdão combatido* **causará a autora, caso ocorra uma execução provisória, não é bastante** e suficiente de modo a mitigar [...].

Vamos à análise do último dado.

RECLAMAÇÃO Nº 15.997

1. “[...] Fora desses critérios foi ressalvada somente a possibilidade de revisão de decisões aberrantes.”

Continuamos com uma anteposição de termo. Neste caso, o termo é “Fora desses critérios” Entretanto, há menções a advérbios ou adjuntos adverbiais de pouca extensão nas gramáticas normativas e talvez esse seja o caso deste sintagma. Se o considerarmos de pequena extensão, a vírgula não será obrigatória, porém, se ele for considerado como um adjunto adverbial grande, será necessária a vírgula. Não há, contudo, um princípio claro ao qual possamos recorrer para esclarecer quais adjuntos devem ser considerados como de pequena extensão e quais devem ser considerados de grande extensão.

Assim sendo, podemos empregar o critério relativo à relevância desse termo na frase, ou seja, a vírgula ressalta o termo, intensificando o significado dele na sentença.

A gramática sistêmico-funcional nos ensina que a língua está intimamente ligada ao seu contexto de uso. Diante desse ponto de vista, podemos relacionar os conceitos de constituintes e sintagmas advindos da gramática gerativa a essa visão que leva em conta o uso, o contexto de produção de um texto.

Segundo o trabalho de Silva (2012), a ordem canônica da frase, quando se considera o registro escrito da língua (não considerando aqui um modelo de língua oral, e sim as regras da escrita), é expressa por uma certa sequência discursiva. Alguns tipos de elementos vêm antes de outros: “ao mudarmos a ordem desta sequência, teremos que marcar com uma pontuação, o que decorrerá também em nuances no sentido”.

Percebemos, então, que naqueles exemplos em que analisamos o deslocamento do constituinte que representa uma circunstância da informação transmitida pela oração, o autor pretende ressaltar algo e, ao deslocar esse termo, intensifica, transforma, de certo modo, a informação. Silva (2012) ainda relata, citando Dahlet (2006):

“Os três princípios de ocorrência da vírgula são recorrentes de estudos teóricos a partir da língua francesa, mas autora sustenta a ideia de que seja possível ser aplicado na língua portuguesa, pois as duas línguas são muito próximas. Dahlet (2006) ratifica esta ideia explicitando os três princípios da vírgula:

i. **princípio de adição:** a vírgula aparece para separar segmentos de função gramatical equivalente, quando estes últimos não são ligados por um elemento de coordenação;

ii. **princípio de subtração:** “separam-se por (dupla) vírgula todos os elementos que poderiam ser subtraídos (aposto, adjetiva explicativa), e assinalam-se por vírgula todos os elementos que foram subtraídos (elipse)”;

iii. **princípio de inversão:** a vírgula assinala “qualquer deslocamento de segmentos frasais em relação à ordem canônica”.

(DAHLET, 2006, p. 146)

Assim, percebemos que o emprego da vírgula implica um entendimento maior do funcionamento da oração e da interrelação entre seus termos, entre seus constituintes ou sintagmas. Como vimos em grande parte dos casos analisados, o autor não pontua corretamente as intercalações ou deslocamentos com vírgulas. Na maioria dos casos em que deveria haver duas vírgulas marcando um termo intercalado, o autor se esquece da primeira, colocando somente a última.

Em outros casos em que havia uso conjunto de travessão e vírgula, também percebemos como é difícil perceber as relações sintáticas entre os termos e pontuar corretamente as orações.

Esta pesquisa procurou demonstrar, então, a partir de dados coletados em endereços eletrônicos de acesso público, como, a partir das construções sintáticas complexas da linguagem jurídica – especificamente de documentos produzidos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça – a sintaxe pode apresentar problemas, principalmente aqueles relacionados ao ordenamento de termos deslocados ou intercalados – apostos, orações explicativas e adjuntos adverbiais – e como podem ser evidenciadas soluções a partir do entendimento do conceito de constituintes e sintagmas, proveniente da gramática gerativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos são os fatores a se considerar na análise de um texto. Escolhemos aqui priorizar uma análise estrutural para evidenciar inadequações do emprego da vírgula no texto jurídico, voltando-nos para um embasamento teórico proveniente da gramática gerativa em comparação com as principais regras gramaticais elencadas nas gramáticas normativas.

Esse cotejamento nos permitiu observar algumas razões pelas quais o autor do texto não consegue pontuar corretamente as intercalações e deslocamentos de seus períodos. Nesse contexto, o papel do revisor é fundamental para observar as relações sintáticas por outra perspectiva: o revisor de textos, conhecedor da língua portuguesa e de suas variantes, e de posse dos conhecimentos sintáticos (não só aqueles concernentes à noção de sintagma), pode constatar os erros e adequar o texto à norma padrão.

Othon Garcia relata algo muito importante sobre a ordem de colocação e ênfase dos termos, no capítulo de mesmo nome de sua obra *Comunicação em prosa moderna*:

Como se sabe, a colocação das palavras na frase constitui um dos processos mais comuns e mais eficazes para dar relevo às ideias. [...] No que se refere ao português, a chamada ordem direta consiste, teoricamente pelo menos, em antepor-se o sujeito ao verbo e este aos seus complementos essenciais. [...] Diz que há inversão quando qualquer termo está fora da ordem direta, fora da sua posição normal ou habitual. A inversão pode dar à frase mais vigor e mais energia, o que é o mesmo que dizer: mais ênfase, realce ou relevo [...].

(Othon M. Garcia, 2010, p.276)

Desse modo, é possível indicar algumas explicações acerca dessas inversões dos termos que identificamos e da dificuldade dos autores em reconhecer a sintaxe e a pontuação correta. Para além dos conceitos sobre constituintes e sintagmas aqui apresentados, podemos perceber que há fatores como o ordenamento dos termos das orações e períodos que também tornam mais difícil a estruturação das ideias. Quando é modificada a ordem canônica,

há modificação na sintaxe e na pontuação, modificando-se também a relevância que é dada a cada termo.

O termo deslocado ou intercalado, quando nos propomos seguir as regras gramaticais, em um texto que requer exatidão gramatical e uso da norma padrão, precisa ser sinalizado. A sinalização é algo que a pontuação faz com bastante eficiência. A vírgula é um sinal de pontuação de grande importância nas orações e períodos, seu emprego indica a organização do sujeito, do verbo e dos complementos. Quando entendemos a sintaxe em suas ideias e não em suas nomenclaturas, entendemos a importância da vírgula.

Este trabalho, que partiu de uma inquietação sintática, propôs revelar aspectos sintáticos de um gênero textual bastante utilizado, mas de desconhecimento de muitos. O texto jurídico é muito rico no que se refere à sintaxe, pois a organização dos termos na oração é muito variada, e a extensão também é um terreno de muitos perigos, visto que quanto maior a oração, maior a chance de haver equívocos na pontuação.

É importante dizer também, como indicação, que a gramática que se apresentou mais condizente com a proposta aqui defendida (de estabelecer critérios não estanques para a atividade de revisão de texto) é a de Bechara, que faz uma menção à importância da vírgula para a sintaxe do texto. Também cumpre esclarecer que as regras gramaticais estão em constante mudança, e que diferentes perspectivas de análise do texto – sintaxe gerativa, discursividade – contribuem ainda mais para o exercício do profissional de língua portuguesa, uma vez que a língua não se restringe a gramáticas, apesar da importância desses manuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARIN, N. T. R. DA COSTA.; M. M. Sintaxe gerativa: reflexões para a prática pedagógica da língua portuguesa. **Disciplinarum Scientia**. Série: Artes, Letras e Comunicação, Santa Maria, v. 4, n. 1, p. 125-153, 2003. Disponível em: <http://www.faccamp.br/letras/sintaxe-gerativa.pdf>>. Acesso em: 25 de abril de 2015.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

COELHO NETO, Aristides. **Além da revisão: critérios para revisão textual**. 2. ed. Brasília: Senac- DF, 2008.

CUNHA, Celso. & CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DA SILVEIRA, Verli Fátima Petri. Algumas reflexões sobre discursividade, gramática e sintaxe. In: Iº Seminário de Estudos em Análise de Discurso. **Análise de discurso e Michel Pêcheux : uma relação de nunca acabar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Paineis/VerliFatimaPetriDaSilveira.pdf>>. Acesso em 11 de maio de 2015.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil Esquematizado**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

KANTHACK, Gessilene. **Letras Vernáculas: sintaxe da língua portuguesa – EAD – UESC**, [módulo 4, volume 2], [Ilhéus, BA]: Editus, [2011]. Disponível em: <http://nead.uesc.br/arquivos/Letras/slp/sintaxe-portuguesa.pdf>>. Acesso em: 4 de maio de 2015.

KENEDY, E. Gerativismo. In: Mário Eduardo Toscano Martelotta. (Org.). In.: **Manual de lingüística**. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 127-140 Disponível em: http://www.professores.uff.br/eduardo/artigos_arquivos/manualdelinguistica_2008.pdf>. Acesso em: 19 de junho de 2015.

LUFT, Celso Pedro. **Moderna gramática brasileira**. 14. ed. São Paulo: Globo, 2000.

MIOTO, Carlos et al. *Novo Manual de sintaxe*. São Paulo:Contexto, 2013).

OLIVEIRA, Dercir Pedro de. Umas tintas de gerativa: conversa com quem não é do ramo. **Ave Palavra**, Alto Araguaia, v. 1, n. 8, 2005. Disponível em: <http://www2.unemat.br/avepalavra/EDICOES/08/arquivos/DERCIR.pdf>>. Acesso em: 4 de maio de 2015.

PERINI, Mário Alberto. **A gramática gerativa: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa**. Belo Horizonte: Vigília, 1976.

PORTAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Consulta processual**. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/dj/init>>. Acesso em: 21 de junho de 2015.

PORTAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Diário da Justiça Eletrônico**. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Consultas/Di%C3%A1rio-da-Justi%C3%A7a-Eletr%C3%B4nico-\(DJe\)](http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Consultas/Di%C3%A1rio-da-Justi%C3%A7a-Eletr%C3%B4nico-(DJe))>. Acesso em: 21 de junho de 2015.

ROCHA LIMA. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 32 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1994.

SILVA, Anderson Cristiano da. A relação entre as vírgulas e os temas marcados: uma perspectiva sistêmico-funcional. **Revista Inventário**. (Universidade Federal da Bahia. Online), 11. ed. v. 1, p. 001-011, 2012. Disponível em: <<http://www.inventario.ufba.br/11/A%20RELACAO%20ENTRE%20AS%20VIRGULAS%20FINALIZADO.pdf>>. Acesso em: 9 de junho de 2015.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Manual de Padronização de Textos do STJ**. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/publicacaoinstitutional/index.php/Manual>>. Acesso em: 4 de maio de 2015.

VIANA, Daniel Roepke. ANDRADE, Valdeciliana Da Silva Ramos. Direito e Linguagem: Os entraves linguísticos e sua repercussão no texto jurídico processual. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais** – nº 5, 2011. Disponível em: <<http://www.fdv.br/publicacoes/periodicos/revistadireitosegarantiasfundamentais/n5/2.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2015.